



PREFEITURA
DE NITERÓI

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E
MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO – SEPLAG E CONTROLADORIA
GERAL DO MUNICÍPIO – CGM
CURSO DE FORMAÇÃO 2025

MÓDULO I

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS BÁSICOS



SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **40 (quarenta)** questões objetivas, você receberá do fiscal de prova o cartão de respostas;
- As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação do cartão de respostas;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se seu caderno de questões está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher o cartão de respostas;
- Para o preenchimento do cartão de respostas, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) no cartão de respostas;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em seu cartão de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento do seu cartão de respostas. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca do cartão de respostas em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa sorte!**

Práticas de Administração Pública

1

A Nova Gestão Pública (*New Public Management* - NPM) surgiu como uma abordagem reformista da Administração Pública, influenciada pelo gerencialismo e inspirada em modelos do setor privado.

Assinale a opção que apresenta um **obstáculo** enfrentado pela NPM no Brasil.

- (A) O excesso de autonomia decisória nas unidades públicas.
- (B) A ausência de qualquer tipo de controle sobre os resultados.
- (C) A dificuldade de atrair profissionais do setor privado para cargos públicos.
- (D) O predomínio de uma gestão pública totalmente descentralizada.
- (E) A resistência cultural interna, marcada por práticas como personalismo e clientelismo.

2

O modelo do Novo Serviço Público (*New Public Service* - NPS), proposto por Denhardt e Denhardt (2000), apresenta uma abordagem que enfatiza a cidadania, a participação democrática e o interesse público na gestão pública.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, um princípio fundamental do NPS.

- (A) A busca exclusiva pela maximização da eficiência, com foco na redução de custos.
- (B) A entrega de serviços públicos de forma competitiva, com base na lógica de clientes e consumidores.
- (C) A centralização total das decisões nas mãos dos gestores públicos, com pouca participação social.
- (D) A valorização da cidadania e da participação democrática, com foco no interesse público e em uma *accountability* ampliada.
- (E) A adoção de uma lógica de mercado, priorizando o individualismo e o empreendedorismo na gestão pública.

3

Um modo de abordagem da Nova Governança Pública demanda a análise dos seguintes construtos: democracia deliberativa, valor público e coprodução.

Sobre a coprodução, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de uma atividade exclusiva dos gestores públicos, sem participação cidadã.
- (B) Consiste na criação de valor público por meio da participação conjunta de agentes públicos e cidadãos na formulação e implementação de políticas.
- (C) Restringe-se ao papel das organizações da sociedade civil, sem envolvimento direto do governo.
- (D) Refere-se apenas à prestação de contas das organizações públicas, sem impacto na eficiência dos serviços.
- (E) Limita-se à fase de avaliação das políticas públicas, sendo desnecessária durante a implementação.

4

A experiência da discricionariedade no serviço público envolve, muitas vezes, um dilema entre a inovação na solução de problemas e o receio da responsabilização administrativa ou jurídica. Esse fenômeno, comumente chamado de **apagão das canetas**, pode levar a comportamentos defensivos por parte dos servidores.

Com base nessa discussão, assinale a opção que melhor caracteriza esse cenário.

- (A) O **apagão das canetas** representa uma postura proativa dos servidores, marcada pela busca de soluções inovadoras e pela autonomia decisória.
- (B) O exercício da discricionariedade está restrito apenas aos cargos de alta gestão, não afetando servidores das áreas técnicas ou operacionais.
- (C) O dilema da discricionariedade não tem impacto prático sobre a implementação de políticas públicas, sendo apenas um debate teórico-administrativo.
- (D) O medo da responsabilização faz com que servidores evitem tomar decisões discricionárias, mesmo quando a legislação permite, resultando em paralisia administrativa.
- (E) A discricionariedade administrativa dá liberdade absoluta ao servidor público para decidir sobre o problema, sem a necessidade de fundamentação ou respaldo normativo.

5

O combate à corrupção no Brasil tem sido marcado por um forte apelo moralista, com foco na criação de regras e sanções formais. Esse processo, segundo análises recentes, pode resultar na chamada **burocratização da ética**.

A respeito da burocratização da ética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela flexibiliza as normas de integridade, permitindo aos gestores públicos maior autonomia para adaptar regras éticas conforme os contextos locais.
- (B) Ela substitui os mecanismos de controle formal por práticas informais de governança baseadas exclusivamente na confiança interpessoal entre servidores.
- (C) Ela elimina todas as formas de corrupção estrutural por meio de uma cultura de integridade profundamente internalizada pelos servidores públicos.
- (D) Ela enfatiza as normas rígidas e controles formais, muitas vezes impostos, sem o devido processo educativo ou consideração das especificidades culturais e operacionais da Administração Pública.
- (E) Ela consolida um ambiente institucional em que a reflexão ética é integrada aos processos decisórios, incentivando a aprendizagem organizacional e o comportamento ético genuíno.

6

A concepção de qualidade no setor público passou por uma importante transformação a partir das críticas à Nova Gestão Pública (*New Public Management* - NPM).

Sobre as implicações dessa evolução, segundo autores como Löffler (2001) e Denhardt & Denhardt (2015), assinale a afirmativa correta.

- (A) Substitui todos os mecanismos de avaliação de desempenho por consultas públicas informais e enquetes de opinião.
- (B) Mantém a lógica mercadológica da NPM, priorizando a competição entre órgãos públicos como principal motor de melhoria da qualidade.
- (C) Abandona os conceitos de qualidade e responsividade, uma vez que o Estado não deve assumir responsabilidades pela percepção dos cidadãos.
- (D) Adota exclusivamente indicadores de satisfação do usuário, com foco em eficiência operacional, sem considerar aspectos de participação cidadã ou de *accountability*.
- (E) Incorpora princípios democráticos como transparência, participação e *accountability*, transformando o cidadão de consumidor passivo em agente ativo na coprodução de políticas públicas.

7

A Gestão do Conhecimento (GC) tem sido reconhecida como um diferencial estratégico para promover inovação, eficiência e continuidade administrativa no setor público brasileiro.

Assinale a opção que indica os modelos mais usados para estruturar a GC nas organizações públicas do país.

- (A) O *Balanced Scorecard* (BSC), o Modelo de Excelência da Indústria Brasileira (MEI) e o Método de Avaliação de Competências Individuais (MACI).
- (B) O Método OKA, o Modelo de Gestão do Conhecimento para a Administração Pública Brasileira e o Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEG).
- (C) O Sistema de Contabilidade Pública, o Índice de Eficiência da Administração Direta (IEAD) e o Método de Satisfação Cidadã (MSC).
- (D) O Ciclo PDCA, o Programa Nacional de Qualidade Total (PNQT) e o Modelo de Avaliação de Políticas Públicas (MAPP).
- (E) O Modelo de Governança Corporativa, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a Análise SWOT.

8

Para que a diversidade no setor público seja efetiva e não apenas simbólica, o *Guia Diversidade no Setor Público* (Enap, 2024) recomenda a adoção de um conjunto de práticas institucionais voltadas para a equidade e a inclusão.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, a(s) prática(s) a ser(em) adotada(s).

- (A) A manutenção de políticas neutras que desconsideram as diferenças entre os grupos sociais, garantindo tratamento igualitário e uniforme para todos.
- (B) A centralização das decisões sobre diversidade exclusivamente nos órgãos de controle externo, sem envolver as unidades internas da Administração Pública.
- (C) A limitação das ações de diversidade à fase de ingresso no serviço público, sem continuidade no ambiente organizacional.
- (D) A implementação de políticas afirmativas, a capacitação dos servidores para lidar com a diversidade e a criação de ambientes de trabalho que valorizem as diferenças.
- (E) A definição de políticas públicas universais sem considerar as especificidades dos diferentes grupos sociais, de forma a valorizar o individualismo e evitar a segmentação.

9

O estudo de Herd e Moynihan (2024) sobre o portal de perdão de dívidas estudantis nos Estados Unidos ofereceu importantes lições sobre o papel do *design* de políticas públicas na promoção da equidade e da justiça social.

Com base nesse caso, assinale a opção que melhor traduz as implicações teóricas e práticas apresentadas pelos autores.

- (A) A simplificação de procedimentos e a adoção de abordagens baseadas na confiança no usuário podem transformar o acesso a direitos, reduzindo barreiras burocráticas que, historicamente, afetam os cidadãos em situação de vulnerabilidade.
- (B) A redução do fardo administrativo deve ser vista apenas como uma questão operacional, restrita à eficiência interna da burocracia, sem relação direta com a promoção da equidade ou com a construção de confiança pública.
- (C) O bloqueio posterior do programa pelo Judiciário demonstra que iniciativas de redução do fardo administrativo carecem de impacto real sobre o acesso a políticas públicas, sendo limitadas a questões tecnocráticas.
- (D) A imposição de custos de conformidade elevados e a exigência de comprovação documental rigorosa são estratégias recomendadas para garantir justiça social e reduzir desigualdades no acesso a serviços públicos.
- (E) A experiência relatada reforça que a burocracia deve manter procedimentos complexos e detalhados como forma de assegurar a isonomia e prevenir a ocorrência de fraudes em larga escala.

10

No contexto da Nova Governança Pública, uma das dimensões estruturais analisadas por Pierre e Peters (2010), refere-se ao deslocamento do poder, que pode ocorrer em três direções: *downward*, *upward* e *outward*.

Diante disso, considere o cenário de reforma administrativa em um país:

- I. Criação de agências reguladoras independentes, com poder discricionário para normatizar e fiscalizar setores estratégicos da economia.
- II. Adesão a tratados internacionais que limitam a autonomia do governo nacional em decisões comerciais e ambientais, vinculando-o a normas de organismos multilaterais.
- III. Implementação de um programa de descentralização fiscal, transferindo competências e recursos financeiros para governos estaduais e municipais.

Com base nas direções de deslocamento do poder conforme a tipologia proposta pelos autores, assinale a opção que indica, corretamente, como as medidas I, II e III podem ser classificadas.

- (A) *Outward – Downward – Upward*.
- (B) *Upward – Outward – Downward*.
- (C) *Outward – Upward – Downward*.
- (D) *Downward – Upward – Outward*.
- (E) *Upward – Downward – Outward*.

Tópicos Especiais de Gestão Pública

11

A avaliação de políticas públicas é tema de central importância para as sociedades, tendo em vista que é por meio de políticas públicas que o Estado atende às demandas da população.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, o procedimento, método ou metodologia que permite a avaliação do impacto ou do efeito causal de uma política pública.

- (A) Estudo de caso.
- (B) Experimentos aleatórios.
- (C) Experimentos não aleatórios.
- (D) Análise de correlação estatística.
- (E) Modelagem preditiva com inteligência artificial.

12

A Lei nº 14.129/2021 dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o governo digital no Brasil e para o aumento da eficiência da Administração Pública.

Assinale a opção que melhor descreve como o Governo Digital contribui para a eficiência administrativa.

- (A) O Governo Digital limita-se à criação de plataformas *online* sem impactar a eficiência administrativa.
- (B) O Governo Digital foca exclusivamente a segurança de dados, sem relação com a eficiência administrativa.
- (C) O Governo Digital prioriza a redução de custos sem considerar a qualidade dos serviços prestados.
- (D) O Governo Digital promove a integração das bases de dados e a automação de processos, reduzindo a burocracia.
- (E) O Governo Digital desobriga os órgãos públicos de adotarem tecnologias para melhorar a prestação de serviços.

13

A cooperação é um princípio geral da Administração Pública brasileira que promove a integração entre órgãos e entes estatais e entre estes e entidades privadas, visando à maior eficiência e efetividade na gestão pública.

Em relação ao princípio da cooperação na Administração Pública brasileira, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Art. 6º da Lei nº 13.105/2015 (CPC) determina que a Administração Pública, quando envolvida em processos judiciais, coopere com outros sujeitos do processo para garantir decisões justas e efetivas em tempo razoável.
- II. A Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações) proíbe a cooperação entre órgãos públicos para contratações compartilhadas, exigindo que cada ente realize suas licitações de forma independente.
- III. O Art. 26 da LINDB permite que autoridades administrativas celebrem compromissos com interessados para resolver irregularidades, incertezas jurídicas ou situações contenciosas, promovendo cooperação e a busca por uma solução jurídica proporcional, equânime e eficiente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

14

Leia o trecho a seguir.

A ferramenta de inteligência artificial ALICE, da Controladoria-Geral da União (CGU), economizou R\$ 11 bilhões em gastos públicos ao identificar licitações suspeitas. Segundo o ministro da CGU, Vinicius Carvalho, a ferramenta faz uma análise automática de editais de licitação disponíveis em plataformas como Compras.gov.br, emitindo alertas automáticos para os gestores. [...] A tecnologia permite identificar padrões que podem configurar direcionamento em licitações, preços fora do mercado ou outras irregularidades, possibilitando a suspensão preventiva de processos antes da homologação.

(Agência Gov, em 25/07/2024).

Em relação ao uso da ferramenta ALICE no controle interno, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ferramenta ALICE realiza análise automática de editais de licitação em plataformas como Compras.gov.br, contribuindo para a identificação de irregularidades.
- () A ALICE emite alertas automáticos que substituem a necessidade de gestores tomarem decisões sobre licitações suspeitas.
- () A ALICE identifica padrões de preços fora do mercado, permitindo a suspensão preventiva de licitações antes da homologação.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

15

Leia o trecho a seguir.

Um estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que os trabalhadores com ensino superior no Brasil recebem remunerações significativamente mais altas em comparação àqueles que possuem apenas o ensino médio. Em média, o salário de um trabalhador com ensino superior é de R\$ 6.701, enquanto o de um trabalhador com ensino médio é de R\$ 1.727, uma diferença de quase quatro vezes.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), em 16/06/2023.

A esse respeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. A diferença salarial de quase quatro vezes, conforme o estudo do Ipea, demonstra que o ensino superior é o responsável pela maior renda dos trabalhadores graduados.
- II. Comparar diretamente as médias salariais de trabalhadores com ensino superior com aqueles que têm apenas ensino médio não permite inferir que o ensino superior seja a causa da diferença.
- III. Fatores como renda familiar ou nível de educação dos pais tendem a diferenciar a renda de pessoas com ensino superior de pessoas que têm apenas o ensino médio.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

16

O controle interno, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988, desempenha um papel estratégico na avaliação de políticas públicas.

Com base na Constituição Federal, sobre as possibilidades e os potenciais do controle interno na avaliação de políticas públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. O Art. 74, inciso I, determina que o controle interno deve avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual e a execução dos programas de governo, contribuindo para a eficiência da gestão pública.
- II. O Art. 74, inciso II, estabelece que o controle interno deve verificar a legalidade e avaliar a eficácia e eficiência da gestão.
- III. O Art. 70 estabelece que o controle interno é hierarquicamente subordinado aos Tribunais de Contas, que definem suas diretrizes operacionais.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

17

Considere o texto a seguir.

Um grupo de estudiosos décadas atrás buscou avaliar se hospitais seriam benéficos ou prejudiciais à saúde de idosos. A dúvida surgiu porque, apesar de intuitivamente termos hospitais como lugares que salvam vidas, eles também apresentam elevados índices de contaminação por doenças e infecções. Assim, durante um ano, milhares de idosos com mais de 60 anos foram acompanhados pelos estudiosos. Os idosos que passaram pelo menos uma noite internados em algum hospital foram considerados do grupo de tratamento. Os idosos que não passaram nem uma noite internados em um hospital foram considerados do grupo de controle. A comparação entre os dois grupos no que se refere à saúde dos idosos, após um ano de observação, evidenciaria o efeito do hospital na saúde geral dos idosos. Assim, ao final de um ano de acompanhamento, os idosos dos dois grupos tiveram sua saúde avaliada e o resultado chocou os estudiosos. Os idosos do grupo de tratamento possuíam uma saúde pior que os idosos do grupo de controle. Portanto, a conclusão do estudo foi no sentido de que ir ao hospital era prejudicial à saúde dos idosos.

ANGRIST, J. D., & PISCHKE, J.-S. *Mostly Harmless Econometrics: An Empiricist's Companion*. Princeton University Press. 2009. (Adaptado).

Em relação aos problemas de inferência causal, com base na avaliação de políticas públicas, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A ausência de aleatorização para a seleção dos idosos que comporiam os grupos de controle e tratamento impede que se faça qualquer inferência causal sobre o impacto da hospitalização ou dos hospitais na saúde dos idosos.
- () Sobre o impacto da hospitalização na saúde dos idosos, o estudo concluiu corretamente que os idosos que não frequentaram hospitais apresentavam melhores resultados em sua saúde geral.
- () As possíveis diferenças preexistentes entre os grupos de tratamento e controle podem levar a conclusões erradas sobre o efeito da internação na saúde dos idosos.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – F – V.
- (B) F – V – F.
- (C) V – V – F.
- (D) F – F – V.
- (E) V – F – F.

18

A Lei nº 14.129/2021 (Lei do Governo Digital) promove a inovação na Administração Pública também por meio da previsão de laboratórios de inovação (Artigos 44 e 45), alinhando-se ao princípio da eficiência (Art. 37, *caput*, Constituição Federal de 1988) e ao princípio da cooperação, previsto em normas, como o Art. 6º do Código de Processo Civil (CPC).

O Art. 44 estabelece que os entes públicos podem instituir laboratórios abertos à participação da sociedade para desenvolver experimentação de conceitos, ferramentas e métodos inovadores para a gestão pública, enquanto o Art. 45 define diretrizes como colaboração interinstitucional, promoção de tecnologias abertas, uso de métodos ágeis e fomento à transparência.

Com base nesses dispositivos, assinale a opção que descreve, corretamente, a Lei do Governo Digital.

- (A) A Lei do Governo Digital não prevê a experimentação de conceitos, como uma diretriz.
- (B) A Lei do Governo Digital, apesar de prezar pela eficiência e inovação, não prevê o uso de métodos ágeis para a formulação e implementação de políticas públicas.
- (C) Os artigos 44 e 45 restringem laboratórios de inovação a projetos internos sem colaboração com a sociedade, priorizando eficiência, mas ignorando qualquer cooperação.
- (D) O Art. 44 exige que laboratórios de inovação sejam geridos apenas por entes privados, enquanto o Art. 45 veda a transparência pública para proteger informações administrativas.
- (E) Os laboratórios de inovação têm como diretriz o apoio a políticas públicas orientadas por dados e, com base em evidências, subsidiar a tomada de decisão e a melhoria da gestão pública.

19

Os instrumentos de planejamento da Administração Pública, previstos no Art. 165 da Constituição Federal de 1988, na Lei nº 4.320/1964 e na Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), incluem o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Esses instrumentos estruturam o planejamento estratégico e orçamentário, com o objetivo de promover a governança responsável e a efetividade das políticas públicas.

Com relação às funções estratégicas desses instrumentos, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () A LDO tem a função de substituir o PPA ao redefinir programas de governo, permitindo maior flexibilidade na execução orçamentária anual.
- () O PPA estabelece uma visão de médio prazo (duração de quatro anos) que orienta as políticas públicas, enquanto a LDO garante que o orçamento anual reflita essas prioridades, buscando a coerência na gestão dos recursos públicos.
- () A Lei Complementar nº 101/2000 (LRF) assegura que a LDO alinhe as metas fiscais anuais ao planejamento de médio prazo do PPA, contribuindo para a sustentabilidade fiscal e a implementação eficaz da LOA.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- (A) V – V – V.
- (B) V – F – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – F.
- (E) F – V – V.

20

Os artigos 20 a 28 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - LINDB), alterados pela Lei nº 13.655/2018, orientam gestores públicos e controladores na tomada de decisões baseadas em evidências, na busca por *accountability*, eficiência e segurança jurídica na Administração Pública. Esses dispositivos incentivam a análise de impactos práticos, a proporcionalidade nas decisões e a resolução colaborativa de conflitos.

Com base nesse contexto, associe as funções estratégicas desses artigos, listadas a seguir, aos benefícios que elas geram para os gestores públicos.

- I. Exigência de motivação com análise de consequências práticas nas decisões administrativas.
 - II. Promoção de soluções negociadas para resolver irregularidades ou conflitos administrativos.
 - III. Aplicação de critérios proporcionais na imposição de sanções administrativas.
- () Permite decisões mais equilibradas, considerando impactos reais e alternativas viáveis.
 - () Reduz litígios e incertezas jurídicas por meio de acordos colaborativos.
 - () Garante maior legitimidade e justiça na aplicação de penalidades.

Assinale a opção que apresenta a associação correta, na ordem apresentada.

- (A) III, II e I.
- (B) II, III e I.
- (C) III, I e II.
- (D) I, II e III.
- (E) II, I e III.

Análise Orçamentária

21

A governança pública possui funções relevantes e essenciais à efetividade das políticas públicas.

Assinale a opção que apresenta, corretamente, uma função da governança pública.

- (A) Gerenciar conflitos internos.
- (B) Realizar os registros contábeis.
- (C) Implementar os controles administrativos.
- (D) Gerenciar as comissões de licitações e contratos.
- (E) Fiscalizar a execução de contratos administrativos.

22

A respeito de apoio político e da capacidade de governo, variáveis que influenciam a governabilidade, assinale a afirmativa correta.

- (A) A eficácia do projeto político não é afetada pela capacidade de governo.
- (B) O desenvolvimento do projeto político independe da capacidade de governo.
- (C) A redução do apoio político pode ser consequência da baixa capacidade de governo.
- (D) Projeto político, capacidade de governo e apoio político são variáveis independentes.
- (E) Quanto maior a capacidade de governo, maior é o lapso entre o início formal e o início de fato desse governo.

23

A adequação e a eficácia das estruturas de governança e de gestão impactam na qualidade dos bens e serviços públicos disponibilizados para a sociedade.

Sobre as estruturas de governança e de gestão, considere as afirmativas a seguir.

- I. Os Tribunais de Contas são órgão de nível estratégico da gestão pública, pelo que integram as estruturas internas de apoio à governança.
- II. Os Conselhos de Gestão são instâncias essenciais de apoio à governança e à concepção de políticas públicas.
- III. A alta administração é composta por todos os níveis decisórios da Administração Pública.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) I e III, apenas.

24

Em relação ao modelo lógico como auxiliar do processo de concepção de políticas públicas, analise as afirmativas a seguir.

- I. A utilização do *modelo lógico* deve ser dispensada na concepção de programas do PPA.
- II. A estrutura do *modelo lógico* permite identificar os insumos necessários à implementação de políticas públicas, subsidiando a estimativa orçamentária.
- III. Uma técnica do *modelo lógico*, que subsidia a definição de intervenções mais assertivas, é a identificação das causas dos problemas.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

25

Os valores, os procedimentos, as instituições e organizações que estão envolvidos na construção de objetivos de longo prazo, cuja execução implica em grande mobilização de recursos e que estão associados às grandes diretrizes do desenvolvimento nacional, referem-se à(ao)

- (A) alta administração.
- (B) auxílio operacional.
- (C) governança pública.
- (D) dimensão estratégica.
- (E) instância de apoio à gestão.

26

Um *elemento* que integra o PPA elaborado pelo Município *Alfa* tem a seguinte descrição:

Para que os resultados previstos sejam alcançados é necessário realizar o enquadramento dos rios estaduais. Ademais, é necessário rever as estratégias de educação ambiental e fortalecer a fiscalização das áreas de proteção ambiental.

Assinale a opção que indica o elemento do PPA descrito.

- (A) Ação.
- (B) Meta.
- (C) Diretriz.
- (D) Objetivo.
- (E) Indicador.

27

No modelo de programa do PPA do Município de Niterói, os indicadores de impacto estão relacionados às(aos)

- (A) áreas de resultado.
- (B) programas do PPA.
- (C) ações vinculantes.
- (D) ações orçamentárias.
- (E) planos governamentais.

28

Na estrutura de programas do PPA do Município de Niterói, o programa “0145 – Apoio Administrativo” é classificado como programa

- (A) meta.
- (B) de apoio.
- (C) de gestão.
- (D) finalístico.
- (E) de operação especial.

29

No processo de implementação do orçamento-programa podem ocorrer problemas prejudiciais à sua efetividade. Alguns desses problemas estão descritos a seguir.

- I. Baixa qualidade dos atributos dos programas do PPA.
- II. Inconsistência das categorias do PPA com modelo lógico.
- III. Dificuldade de coordenação entre planos e entre órgãos centrais e setoriais.

Assinale a opção que indica o(s) item(ns) **prejudicial(ais)** à realização do orçamento-programa.

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

30

Na estruturação dos programas do PPA, o elemento que expressa o bem e/ou serviço que resulta da ação executada, destinado ao público-alvo, ou o insumo estratégico que será utilizado para a produção futura de bem ou serviço, é denominado

- (A) ação.
- (B) meta.
- (C) produto.
- (D) objetivo.
- (E) iniciativa.

Gestão de Riscos e de Resultados na Administração Pública

31

Analise as afirmativas a seguir.

- I. No caso da Lei Anticorrupção para aplicação da penalidade multa, que varia entre 0,1% e 20% do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo de Responsabilização - PAR, quando não se consegue aferir o faturamento bruto anual da empresa envolvida em atos de corrupção contra a Administração Pública, caberá o arbitramento judicial que não será superior a R\$ 50.000.000,00, respeitando-se o Princípio da Proporcionalidade, na forma da referida Lei.
- II. A celebração do Acordo de Leniência (Lei Anticorrupção) isentará a pessoa jurídica das sanções previstas no Art. 6º, inciso II, (multa pecuniária) e no Art. 19, inciso IV, (proibição de receber subsídios, incentivos, entre outros) e reduzirá em até 1/3 (um terço) o valor da multa aplicável.
- III. De acordo com a Nova Lei de Licitações, em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados, entre outros, o desenvolvimento pelo licitante de Programa de Integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) I e III, somente.

32

João da Silva, servidor efetivo da Prefeitura de Niterói, atua no setor de Licitações e Contratos há mais de 20 anos.

Em uma Auditoria do Controle Interno do órgão central do município, verificou-se que o citado servidor teria ordenado despesas acerca de determinado contrato, participado na elaboração da sua estimativa de preços, foi pregoeiro no certame licitatório, além de ter figurado no documento que demandou o objeto do referido contrato.

Sobre a hipótese relatada, assinale afirmativa correta.

- (A) O servidor não será penalizado em razão de ter sido diligente e experiente, além de ser proativo, atendendo às necessidades da sua organização.
- (B) O servidor será submetido a Processo Administrativo Disciplinar (PAD), respeitando-se o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório, haja vista a afronta ao Princípio da Segregação de Funções.
- (C) O servidor não será penalizado uma vez que atendeu ao Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (D) O servidor só será afastado das funções se não conseguir comprovar a devida experiência em cada uma delas.
- (E) O servidor será demitido sumariamente, visto que atuou simultaneamente em atos e procedimentos incompatíveis com a legalidade e moralidade administrativa.

33

Conforme parâmetros doutrinários constantes no Manual de Integridade da Controladoria Geral da União (CGU), assinale a opção que indica, corretamente, os instrumentos inseridos nos principais eixos necessários à boa elaboração do Programa de Integridade (*Compliance*).

- (A) Parecer Jurídico / Análise de Riscos / Monitoramento Contínuo.
- (B) Comissão de Inquérito Disciplinar / Apoio da Alta Administração / Comissão de Licitações.
- (C) Apoio da Alta Administração / Auditoria Externa / Monitoramento Contínuo.
- (D) Análise de Riscos / Fiscalização de Contratos / Canais de Denúncia.
- (E) Monitoramento Contínuo / Análise de Riscos / Apoio da Alta Administração.

34

Considerando os atores e os institutos que a Nova Lei de Licitações indicou como relevantes, tanto sobre a análise de riscos quanto à fase de execução contratual, assinale a opção correta.

- (A) O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle externo da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- (B) O fiscal de contrato deverá acompanhar a elaboração do Parecer Jurídico.
- (C) O edital deve contemplar a matriz de alocação de riscos entre o contratante e o contratado, quando a contratação se referir a obras e serviços de grande vulto ou forem adotados os regimes de contratação integrada e semi-integrada.
- (D) A alta administração do órgão ou entidade é responsável pela governança das contratações e poderá implementar processos e estruturas, inclusive de gestão de riscos e controles internos.
- (E) A alta administração não estará obrigada a promover eficiência, eficácia e efetividade em suas contratações, haja vista o Princípio da Especialidade.

35

Quanto à gestão por resultados, à avaliação por resultados e às políticas públicas, assinale a opção correta.

- (A) O Plano Plurianual estará dissociado da Lei Orçamentária Anual.
- (B) A avaliação é considerada a primeira etapa no processo de elaboração da política pública.
- (C) A política, segundo Nelson Machado, é a arte do poder de conformidade administrativa.
- (D) O orçamento é vinculado ao resultado e a avaliação de resultados é direcionada à eficácia e à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial das entidades da Administração Pública.
- (E) A avaliação por resultados procura determinar em que medida há flexibilidade na execução de um dado projeto, se este culmina em seus objetivos e quais são seus efeitos secundários (previstos e não previstos).

Tomada de Contas Especial e Responsabilidade Civil na Administração Pública

36

João é Secretário Municipal de Educação e Maria é Presidente da Fundação Municipal de Educação, entidade vinculada à pasta da qual João é titular.

Maria praticou um ato danoso ao erário. João, conhecedor do fato, permaneceu inerte, mesmo após notificado pelo órgão de controle interno.

Nessa situação, a instauração da tomada de contas para apuração dos fatos compete ao(à)

- (A) Prefeito Municipal.
- (B) Câmara Municipal.
- (C) Ministério Público.
- (D) Tribunal de Contas.
- (E) Órgão Central de Controle Interno.

37

O Tribunal de Contas Estadual, ao julgar as contas como irregulares, poderá, cumulativa ou isoladamente, aplicar a(s) seguinte(s) penalidade(s):

- (A) Imputação de débito.
- (B) Suspensão dos direitos políticos.
- (C) Cancelamento dos direitos políticos e imputação de débito.
- (D) Multa proporcional ao dano e declaração de perda do cargo público.
- (E) Multa proporcional ao dano e declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

38

O termo *accountability* pode ser interpretado em diferentes perspectivas. A perspectiva pela qual os cidadãos têm possibilidade de discernir aqueles que agem em seu benefício, e podem impor sanções apropriadas, de modo que os governantes que atuam em prol do benefício dos cidadãos sejam reeleitos, é denominada

- (A) PSO.
- (B) responsividade.
- (C) responsabilização.
- (D) prestação de contas.
- (E) *accountability* horizontal.

39

Ana, moradora do município *Alfa*, é empregada de um supermercado localizado nesse município.

Indignada com a falta de professores na escola de seus filhos, Ana se rebelou durante a realização de uma reunião com a equipe pedagógica da unidade escolar. Em um momento de fúria, Ana quebrou um computador e danificou diversos instrumentos do laboratório da escola, causando um dano de R\$ 157.000,00 (cento e cinquenta e sete mil reais).

Sobre o procedimento de Ana, segundo os fatos narrados na situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) Ela não fica sujeita à tomada de contas.
- (B) Ela fica sujeita a julgamento perante o Tribunal de Contas respectivo.
- (C) Ela poderá ser condenada à pena de demissão por decisão administrativa do órgão de controle interno do município Alfa.
- (D) Ela não poderá ser sujeito em sindicância com a finalidade de buscar a recomposição do dano.
- (E) Ela estava certa, pois a escola tem a obrigação de prestar adequadamente o serviço de educação.

40

Sobre as decisões dos Tribunais de Contas que importem em imputação de débito e multa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Constituem título executivo judicial.
- (B) Comprovam obrigação líquida, certa e exigível.
- (C) Não prescindem de processo de judicial de conhecimento.
- (D) Podem ter, em qualquer caso, seu mérito revisto pelo Poder Judiciário.
- (E) Podem ser revistas por deliberação do Poder Legislativo em sede de recurso hierárquico.

Realização

